



PROMOVER A MODERNIZAÇÃO DAS PME COM EMPREGO DE QUALIDADE

O papel das PME em Portugal é certamente indiscutível. Estas são actualmente determinantes para o País, não só pela criação de riqueza e pelo volume de emprego, como também enquanto instrumentos essenciais para uma mais forte coesão económica e social sendo, muitas vezes, factores de estabilidade social a nível local e regional.

A temática das PME tem merecido, por parte da UGT, uma profunda reflexão e discussão, nomeadamente quanto aos instrumentos e mecanismos facilitadores da sua modernização e da criação de mais e melhores empregos.

Contudo, a dicotomia e o confronto que, por vezes, se procura estabelecer entre pequenas e médias empresas, por um lado, e entre grandes empresas, por outro, sem se atender efectivamente às características e potencialidades de cada uma delas, parece-nos frequentemente forçada e algo desajustada, levando a opções políticas menos correctas e a desvios face aos objectivos económicos e sociais pretendidos.

Com efeito, existe uma grande heterogeneidade entre as pequenas e médias empresas: em termos de volume de emprego, de volume de negócios, mas também quanto à sua capacidade de sobrevivência.

Enquanto algumas pequenas e médias empresas demonstram uma capacidade de auto-sobrevivência, por vezes com uma forte capacidade exportadora, noutras a sua sobrevivência depende da sua ligação a grandes empresas nacionais ou multinacionais. De notar ainda que o envolvimento entre PME e grandes empresas nem sempre significa uma dependência das primeiras face às segundas, existindo situações em que ambas tiram vantagens do seu saber; esta situação encontra-se especialmente ligada a sectores de conteúdo tecnológico mais elevado.

Como se depreende do exposto, não sendo as situações das PME idênticas, as respostas, políticas e estratégias não podem, por conseguinte, ser idênticas. A adopção de uma estratégia de desenvolvimento adequado depende, por vezes, mais do sector em que a empresa se encontra do que propriamente da sua dimensão.

Por outro lado, importa também ter presente que a dimensão se encontra envolta não só em desvantagens, mas também em vantagens, nomeadamente uma maior capacidade de adaptação pela estrutura organizacional mais flexível ou ainda uma maior facilidade em explorar e transferir-se para novos nichos e segmentos, vantagens que devem ser aproveitadas pelas empresas.

As pequenas e médias empresas têm certamente especificidades que têm de ser tidas em conta na definição das políticas públicas; cabe ao Estado responder a algumas das fragilidades, nomeadamente em termos de facilitação do licenciamento empresarial e de desburocratização de procedimento, da promoção e apoio à formação profissional, de apoio ao desenvolvimento de estratégias de modernização. Por exemplo, os Centros de Formação do IIEP e os Centros de Formação de Gestão Participada têm um papel fundamental a desempenhar na esfera do apoio à formação profissional dos trabalhadores de pequenas e médias empresas bem como à certificação e validação de competências profissionais.

Tal não significa, porém, criar regimes jurídicos especiais – no plano comercial, fiscal, laboral ou outro – que pouco ou nenhuma justificação terá em termos de efectivas respostas às necessidades concretas das pequenas empresas ou que não servem nenhum propósito específico, em termos económicos ou sociais. A sustentabilidade das PME não pode ser feita à custa da redução das suas obrigações perante o Estado ou à custa da redução dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente de uma maior precariedade das relações contratuais.

A qualidade do emprego, boas condições de trabalho e o respeito pela legislação têm que ser promovidos e assegurados por todas as empresas, independentemente da sua dimensão.

As empresas de menor dimensão têm também capacidade própria para ultrapassar algumas das suas limitações dimensionais, assegurando a sua modernização e o reforço da sua competitividade e produtividade. Esta poder-se-á traduzir no estabelecimento sinergias intra-organizacionais, como a constituição de estratégias/ alianças de cooperação, tendo nomeadamente acesso a novas competências, a economias de escala, aos resultados de I&D, à promoção da inovação tecnológica e organizacional e à partilha de boas práticas. Estas redes poderão e deverão constituir-se não apenas entre PME, mas também entre estas e empresas de maior dimensão.

A melhoria das capacidades tecnológicas e organizacionais é, para muitas empresas de menor dimensão, um desafio fundamental. Neste âmbito, a UGT considera relevante o papel das políticas públicas de emprego, constituindo nomeadamente os Estágios Profissionais instrumentos importantes para a prossecução daquele objectivo. Contudo, o recurso a este instrumento por parte das empresas de menor dimensão tem sido pouco expressivo, pelo que se considera que estas devem ser melhor informadas e sensibilizadas quanto aos Estágios

profissionais e a outros instrumentos de políticas que possam responder a algumas das suas necessidades específicas.

Um aspecto que nos parece importante realçar prende-se com o facto de existirem actualmente muitas empresas de pequena dimensão – micro empresas e empresas de âmbito familiar – que funcionam em situação irregular e na economia informal. A UGT considera importante criar condições que fizessem emergir tais empresas para a economia formal, com claras vantagens para todos – empresas, trabalhadores e para o País em geral.

Boas condições de trabalho, o cumprimento do direito à formação, a criação de condições de concorrência leal são essenciais a um salutar funcionamento do mercado de trabalho e da economia.

No que se refere à representatividade destas PME junto dos poderes políticos, importa ter presente que actualmente estas são representadas pelas confederações patronais com assento na CPCS – da indústria, do comércio, do turismo, dos serviços e da agricultura (CAP, CCP, CIP, CTP), na medida em que todas elas têm uma componente de PME importante. Assistimos, no entanto, à criação de inúmeras estruturas representativas de pequenas e médias empresas. Mas a esta multiplicação de estruturas nem sempre tem correspondido uma melhor protecção e defesa dos interesses das PME, tendo-se gerado inclusive uma complexificação de interlocutores e de posições defendidas que em pouco ou nada beneficia as empresas.

A modernização do tecido empresarial e a sustentabilidade do emprego são desafios a vencer por todas as empresas independentemente do sector, da sua dimensão e posicionamento face à cadeia de valor. As PME têm também de vencer o desafio da competitividade, da produtividade e da sua sustentabilidade futura, num quadro de efectiva promoção da qualidade do emprego e de pleno respeito pelos direitos dos trabalhadores.

21-04-2010